

COMPREENSÃO DOS PROCESSOS DE AUDITORIA INTERNA EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE PARANAÍ-PR¹

MAYARA JAPPERT CASSORILLO²

NAIANE DOS SANTOS RODRIGUES³

SERGIO AUGUSTO VALLIM GAIOTTO⁴

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender os processos de auditoria interna dentro de uma cooperativa de crédito da cidade de Paranaíba – PR. Através dos objetivos específicos objetivou-se identificar quais setores são mais afetados pela auditoria interna, identificar como funciona a auditoria interna dentro de uma cooperativa de crédito, e por último verificar quais os desdobramentos se originaram a partir dos processos de auditoria interna. A metodologia utilizada no estudo foi uma pesquisa bibliográfica para identificar os principais autores do tema e uma entrevista com o responsável pela auditoria em uma cooperativa de crédito de Paranaíba. Por meio deste estudo descritivo foi possível verificar a importância da auditoria interna no processo de gestão das cooperativas. O resultado da pesquisa aponta sobre a importância da auditoria e seus relatórios como ferramenta de gestão.

Palavras chave: Auditoria Interna; Processos; Cooperativa de crédito;

INTRODUÇÃO

De acordo com Fusiger et al (2015), o processo desenvolvido pelo auditor contábil é relevante para os usuários das informações organizacionais, devido à emissão de opinião quanto às práticas e demonstrações contábeis, buscando compreender se as mesmas têm sido elaboradas conforme as normas oficiais, e se são fidedignas aos registros obtidos ao longo de determinado período, durante a continuidade de uma empresa.

A observação de elementos como: confiabilidade, qualidade da informação e independência do auditor, são quesitos cada vez mais valorizados por empresas de variados

¹Trabalho apresentado no GT 02 – Contabilidade, Controladoria e Tomada de Decisão na Semana Acadêmica Fatecie 2016

² Acadêmico do 4ºano de Ciências Contábeis da faculdade FATECIE, mayracassorillo@outlook.com

³ Acadêmico do 4ºano de Ciências Contábeis da faculdade FATECIE, naiane_rodrigues17@hotmail.com

⁴ Professor orientador, Mestre em Administração, savgaiotto@gmail.com

ramos, e praticados tanto por auditores internos quanto externos no exercício de suas respectivas funções (ALMEIDA, 2012). Dessa forma, é importante mencionar a relevância dessas duas atividades e diferenciá-las enquanto práticas de auditoria com fins distintos. Assim, neste trabalho, o enfoque contábil se dá em meio ao ambiente empresarial interno, favorecendo a análise do auditor interno enquanto profissional responsável por analisar e supervisionar procedimentos pertinentes ao funcionamento organizacional, a fim de detectar e comunicar situações relevantes em setores específicos da organização, que mereçam atenção e/ou providências por parte da governança (GOMES, 2010).

Gomes (2010) compreende a emergência da auditoria interna como uma ramificação da auditoria externa, devido a necessidade dos administradores em manter o controle de suas atividades em uma situação de expansão de diferentes setores e conseqüentemente da empresa como um todo. Já, Alves et al (2016), definem o surgimento da mesma como uma consequência natural da competitividade crescente, da evolução tecnológica, da globalização e das mudanças recorrentes nos ambientes empresariais.

Apesar dos posicionamentos distintos sobre a necessidade da auditoria interna, existe consenso no que diz respeito à importância da mesma para a manutenção organizacional.

Nesse sentido, a partir da análise de bases teóricas e publicações nacionais em Ciências Contábeis, em relação ao tema “auditoria interna”, nota-se uma lacuna em meio a articulação desse tema com organizações específicas, principalmente em cooperativas. Isto é, durante os anos de 2014 e 2016, observa-se a publicação de artigos generalistas, que se atentaram à exploração da auditoria interna e sua relevância para com as organizações em geral, deixando de especificar experiências em instituições de diferentes ramos em particular.

Portanto, espera-se com esse trabalho, esclarecer os processos desenvolvidos a partir de práticas de auditoria interna em uma cooperativa de crédito da cidade de Paranavaí-PR, buscando contribuir com o campo científico por meio desse enfoque específico.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Auditoria - breve histórico

A auditoria surgiu como uma parte da evolução do sistema capitalista. Com a concorrência e a globalização do mercado nos últimos anos, as empresas tiveram a necessidade de ampliar suas instalações e controles internos, tanto das fabricas como os

setores administrativos, visando a redução de custos e melhorias na produtividade, a fim de se tornar seus produtos e serviços mais competitivos no mercado.

Devido ao crescimento das empresas, as mesmas foram abrindo cotas a sócios, a fim de aumentar o faturamento e a credibilidade ao mercado, no entanto no momento em que os novos acionistas decidiam investir nas empresas, os mesmos demonstravam a necessidade de conhecer a posição patrimonial e financeira da mesma, juntamente com a capacidade de gerar lucros. Com essas necessidades de informações para avaliar a segurança, liquidez e a rentabilidade da empresa antes de fazer o investimento, surgiu uma demanda por demonstrá-las através das demonstrações contábeis, como balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, fluxos de caixas e notas explicativas.

No decorrer desses fatos as demonstrações contábeis passaram a ter importância dentro e fora das organizações, de forma que passaram a ser exigidas pelos acionistas para a segurança dos próprios. Assim, surgiu também a necessidade de análise das demonstrações para verificar a veracidade das informações apresentadas de forma independente. Daí a procura por outro profissional sem vínculo empregatício, o qual foi formalizado como auditor, podendo passar as informações sobre como estavam sendo feitas as demonstrações contábeis.

2.2 Auditoria no Brasil

No Brasil a auditoria teve grande influência de firmas estrangeiras, isto é, em função da necessidade legal principalmente nos países da América do Norte e da Europa, de processos contábeis e investimentos serem auditados, visando a segurança dos acionistas. A partir das práticas internacionais, empresas brasileiras passaram a seguir um conjunto de técnicas de auditoria que foram sendo aperfeiçoadas ao longo dos anos (SÁ, 2002).

Segundo Almeida (1996), em 1965 com a Lei nº4.728 que disciplinou o mercado de capitais e estabeleceu medidas para o seu desenvolvimento, foi mencionada pela primeira vez na legislação brasileira a expressão “auditores independentes.” Posteriormente o Banco Central do Brasil (BACEN), estabeleceu uma série de regulamentos, tornando obrigatória a auditoria externa ou independente em quase todas as entidades integrantes do sistema financeiro nacional e companhias abertas. O BCB estabeleceu também, por meio da circular nº179, de 11-5-1972, as normas gerais de auditoria. Cabe ressaltar que a Resolução nº321/72 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aprovou as normas e os procedimentos de auditoria, os quais foram elaborados pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

(IAIB), atualmente denominado Ibracon (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil).

Em 1976, a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, art.177) determinou que as demonstrações financeiras ou contábeis das companhias abertas serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na comissão de valores mobiliários – CVM.

A auditoria é uma atividade relativamente nova no Brasil, anda no estágio elementar em termos de técnicas, haja aspecto que as legislações específicas brasileiras vêm abordando de modo superficial o contexto, sem definir de forma clara e precisa os procedimentos que os profissionais da área necessitariam abraçar por ocasião das auditorias das demonstrações financeiras. Essas normas são de fundamental gravidade, na medida em que fixam limites abertos de responsabilidade e dão orientação útil quanto à conduta do auditor (ALMEIDA, 2010; FRANCO e MARRA, 2001).

Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TA 200/2010), o objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

A participação do poder público também foi crucial na difusão da auditoria no Brasil por meio das várias leis que obrigaram a existência da auditoria e da figura do auditor independente. Tendo-se como exemplo a lei de nº 4.728 de 14 de julho de 1965, do mercado de capitais, cujo texto histórico, é precursor ao tratar e tornar obrigatória esta prática (FRANCO, 1982).

2.3 Auditoria externa

Auditoria é uma técnica autônoma entre as mais utilizadas na Ciência Contábil, especificando a auditoria externa ou independente, a mesma teve o surgimento devido à evolução do sistema capitalista. Diante do crescimento das empresas que passaram de pequenos grupos familiares à grandes empresas, ocorrendo a necessidade de ampliar as instalações fabris e administrativas. Em decorrência a todas as mudanças, houve também o desenvolvimento tecnológico e o aprimoramento dos controles e procedimentos internos, visando a diminuição de custos, em função da concorrência e da competitividade afim de se manter relevante no mercado.

Para acompanhar essas mudanças, houve a necessidade de empregar recursos nas

operações organizacionais, fazendo com que as empresas tivessem de captar recursos com terceiros, na forma de empréstimos bancários de longo prazo, ou abrindo seu capital social para novos sócios e acionistas. Nesse contexto, os agentes bancários ou novos sócios, acionistas e futuros investidores precisariam conhecer a posição patrimonial e financeira, bem como a capacidade de gerar lucros das empresas antes de investir. Portanto, a auditoria externa surge como instrumento para suprir a necessidade de fornecer informações para que o investidor possa avaliar com segurança, liquidez e a rentabilidade de seu investimento.

Para Almeida (2008), como consequência desse processo, as demonstrações contábeis passaram a ter maior importância para os investidores. Dessa forma, como medida de segurança contra a possibilidade de manipulação de informações, os futuros investidores passaram a exigir que essas demonstrações fossem examinadas por um profissional independente da organização e de reconhecida capacidade técnica.

Sendo assim, o trabalho de verificação da situação patrimonial e financeira das empresas passou a ser realizado por um profissional independente, especializado em técnicas de auditoria, com profundos conhecimentos de contabilidade e testes específicos.

Os processos de auditoria externa são definidos de acordo com as informações a serem analisadas. Depois de aplicar testes de observância de acordo com a relevância de cada item a ser considerado, o auditor emite sua opinião sobre a situação patrimonial e financeira da empresa auditada. Esta prática corresponde à auditoria externa ou auditoria independente que na visão de Sá (2002) é uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza pública ou privada, quer ocorrido, quer por ocorrer.

2.4 Auditoria interna

De acordo com a Resolução CFC 986/03 - NBC T 12 (Normas de Auditoria Interna), a auditoria interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

Ao contrário da auditoria externa, a auditoria interna tem como objetivo desenvolver

um plano de ação que auxilie a organização a alcançar seus objetivos abraçando uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação e enriquecimento da eficácia dos procedimentos de gerenciamento de riscos com o objetivo de acrescentar valor e aperfeiçoar as operações e resultados de uma organização (ATTIE, 2006).

O objetivo unânime da Auditoria Interna é avaliar e apresentar auxílio a alta Administração e ampliar adequadamente suas atribuições, proporcionando-lhes análises, sugestões e explicações objetivas, acerca das atividades examinadas. O auditor interno deve, portanto, atentar-se com qualquer fase das atividades da empresa na qual possa ser de serventia à administração interna.

Com a ampliação das atividades e dos métodos organizacionais devido ao crescimento atingido por organizações de diferentes seguimentos, sentiu-se a necessidade de dar maior ênfase às cláusulas ou aos procedimentos internos, diante do fato de que, de acordo com o crescimento das organizações, o administrador, ou proprietário da empresa, não poderia supervisionar pessoalmente todas as fases das diferentes atividades de seu negócio.

Portanto, para garantir o cumprimento deste objetivo, Attie (2006) aponta a necessidade de desempenhar atividades como:

- Revisar e avaliar a eficácia, a suficiência e aplicação dos controles contábeis, financeiros e operacionais;
- Determinar a extensão do cumprimento das normas, dos planos e procedimentos vigentes;
- Determinar a extensão dos controles sobre a existência dos ativos da empresa e da sua proteção contra todo tipo de perda;
- Determinar o grau de confiança, das informações e dados contábeis e de outra natureza, preparados dentro da empresa;
- Avaliar a qualidade alcançada na execução de tarefas determinadas para o cumprimento das respectivas responsabilidades;
- Avaliar os riscos estratégicos e de negócio da organização.

(...) a importância que a auditoria interna tem em suas atividades de trabalho serve para a administração como meio de identificação de que todos os procedimentos internos e políticas definidas pela companhia, os sistemas contábeis e de controles internos estão sendo efetivamente seguidos, e todas as transações realizadas estão refletidas contabilmente em concordância com os critérios previamente definidos (ATTIE, 2006, p. 52).

Nesse sentido, a auditoria interna surge como uma ramificação da auditoria externa ou independente. O auditor interno é um funcionário da empresa, e dentro da organização ele não deve estar subordinado àqueles cujos trabalhos examina, dada a necessidade de independência em suas atividades. A auditoria interna, representada dessa forma, deve oferecer efeitos relevantes ao controle interno organizacional.

A auditoria interna está baseada em um exercício constante e minudenciada das empresas, envolvidos com o desenvolvimento de cada função, assim descritas: área, departamento, setor e operação. Fica subscrito que a auditoria interna, é de responsabilidade da alta cúpula organizacional, tem que verificar todas as ramificações e segmentos, em um determinado período, para examinar as adesões políticas entre outros aspectos (ALVES ET AL, 2016).

2.5 Relevância da auditoria interna para as organizações

A auditoria interna é composta por procedimentos analíticos que tem por objetivo estudar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da Entidade.

Nesse sentido, constituem-se procedimentos de auditoria interna: exames, incluindo testes de observância e testes substantivos, que admitem ao auditor interno alcançar provas satisfatórias para fundamentar seus fins e recomendações. A auditoria interna é de suma importância para as organizações, cumprindo papel de grande saliência, ajudando a eliminar desperdícios, simplificar trabalhos, servir de instrumento de apoio à gestão e comunicar informações aos administradores sobre o desenvolvimento das atividades executadas (GOMES, 2015).

Um ponto de maior relevância é a autonomia e independência com que conta o departamento de Auditoria Interna da empresa. Nesse sentido, o nível ao qual o departamento se reproduz pode imediatamente advertir o grau de independência e autonomia dos auditores internos. Para que esta autonomia e independência possam ser avaliadas adequadas, torna-se imperativo que a auditoria interna esteja vinculada ao ditame da direção ou da diretoria máxima da empresa, de modo a das intervenções e pressões de determinados setores, bem como cultivar a liberdade de atuar sobre áreas distintas da organização, sem exceções (FUSIGER ET AL, 2015).

Estaria favorável, contudo, notar que o posicionamento hierárquico, absolutamente sob

a administração maior da empresa, não é em si, apenas, uma justificativa à essência de independência e autonomia através do apoio da direção, isto é, a expansão em que esse suporte de fato existe apenas pode ser aperfeiçoada da discussão aberta com a direção de modo a averiguar em que alcance a direção avalia sua auditoria interna verdadeiramente autorizada a estudar de diferentes formas as ações empresariais (FUSIGER ET AL, 2015).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia, de acordo com Pádua (2005), está relacionada com procedimentos, bem como um conjunto de técnicas que possibilitam a construção dos processos pertinentes à atividade científica. Dessa forma, métodos de pesquisa acadêmica contribuem para elaborar um entendimento sobre diversos fenômenos.

Portanto, os procedimentos metodológicos, como afirmam Marconi e Lakatos (2001, p. 107) são “um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência; são, também, a habilidade para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos. Correspondem, portanto, à parte prática de coleta de dados”. Em suma, a presente seção visa demonstrar quais os procedimentos metodológicos que serão realizados neste trabalho.

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, que está relacionada ao levantamento de dados sobre as motivações de um grupo, para compreender e interpretar comportamentos, opiniões e expectativas de indivíduos de uma determinada população (MINAYO, 2007).

Um dos recursos mais utilizados dentro da pesquisa qualitativa é a entrevista semi-estruturada em profundidade (MATTOS, 2005). Dessa forma, para o desenvolvimento deste trabalho será realizada uma entrevista semi-estruturada com o auditor interno de uma cooperativa de crédito localizada em Paranavaí-PR.

Com relação ao método de abordagem do tema em questão será utilizado uma entrevista semi-estruturada, que será gravada, transcrita e analisada, para abstrair informações a respeito da prática de auditoria interna em uma cooperativa de crédito.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O auditor entrevistado apresentou informações acerca de sua carreira, a qual é pautada em instituições financeiras desde 1976. O mesmo destacou o início de sua carreira como funcionário do Banco do Brasil em Paranavaí-PR, onde vivenciou experiências em diferentes cargos até atingir a função de gerente geral completando sua carreira nesta instituição,

conquistando sua aposentadoria. Após esse período, o entrevistado trabalhou na administração de uma instituição financeira, na qual contribuiu para o estabelecimento de novos processos organizacionais e agregando novos clientes. O mesmo relatou que permaneceu na instituição por três anos. Depois, permaneceu desempregado por um ano, e decidiu trabalhar com construção e venda de imóveis, até começar na cooperativa de crédito, assumindo funções no setor de auditoria interna, onde se encontra desde 2015.

O entrevistado relatou que enquanto foi funcionário do Banco do Brasil, ele não possuía nenhuma graduação pois em 1976 não o mercado ainda não exigia formação acadêmica. Mesmo assim, enquanto estava trabalhando na instituição citada, começou a cursar Direito e se especializou em Agronegócios. Logo em seguida fez um MBA para executivos em negócios financeiros relacionado a cooperativas de crédito. Além disso, fez também um aperfeiçoamento voltado para a administração de pessoas que foi mais específico para os gerentes do Banco em que trabalhava para aprender noções de liderança e gestão de pessoas.

Informou que, em relação à auditoria, a teoria é um complemento da prática, reforçando que a prática é muito necessária. Porém, se há um bom fundamento teórico, este possibilita auxiliar o desenvolvimento da prática. Assim ressaltou que o curso de Direito trouxe embasamento para situações do cotidiano, pois ele já tinha uma noção mais ampla para determinadas soluções de problemas em que lhe era exposto, sabendo também como negociar até mesmo nas implicações futuras.

Após uma breve apresentação de sua carreira, o entrevistado passou a explicar as características da cooperativa em que trabalha. A cooperativa em questão possui confederações onde reúne todas as informações de todas as unidades existentes no país. Atualmente são três, localizadas no Pará, Paraná e Acre. A confederação do Paraná congrega 15 unidades do mesmo porte da cooperativa de Paranaíba, além das cooperativas, também possuem outras coligadas como: administradoras de seguros, administradoras de consórcios e de previdência privada, formando a central do Paraná. O entrevistado trabalha também como controlador de outros setores como análise de crédito, equipe de seguros, cobranças, contas a pagar, contabilidade, recuperação de crédito e liberação de contratos de crédito agrícola. Cada um desses setores possui um funcionário responsável, e o entrevistado coordena e fiscaliza todos esses setores.

O entrevistado faz a coordenação de todos os setores, onde é feito um levantamento de itens pré-selecionados para auditoria em que, de acordo com o mesmo, deve seguir normas e

instruções, pois determinados atos como a própria abertura de crédito, que é uma atividade de grande procura em uma cooperativa, “demandam uma análise mais à fundo” (ENTREVISTADO, 2016).

Segundo o auditor, a auditoria é de suma importância dentro da cooperativa, pois estrutura montada para fiscalizar todos os departamentos e seus serviços prestados, ou seja confere se os serviços prestados estão em conformidade com a lei do banco central e se todas as normas do código de defesa do consumidor estão sendo obedecidas, se existe exposto nas agências a relação das tarifas cobradas, todas as tarifas cobradas devem ser iguais ao que foi estabelecido pelo banco central, exemplo citado se estão analisando a capacidade de pagamento da pessoa física que é 30% da renda comprovada para liberação de créditos.

A cooperativa além de auditoria interna possui vínculo com uma empresa terceirizada que faz a análise de todo o serviço prestado no último exercício contábil respectivo, caracterizando um serviço de auditoria externa. O entrevistado relatou que dependendo da ocasião, caso haja operações que despertem a atenção da auditoria externa, essa empresa, que desenvolve atividades de rotina mais de uma vez ao ano, deve fiscalizar documentos, lançamentos contábeis e informações presentes no sistema da cooperativa. Essas informações são analisadas e os documentos oriundos processo de auditoria externa são vinculados ao sistema. Na emergência de possíveis falhas relacionadas as informações informatizadas, a auditoria solicita a análise dos documentos físicos.

Para o entrevistado a auditoria interna, desenvolvida dentro de uma cooperativa de crédito deve ser mais intensa do que uma empresa privada, pois ali existem informações que dizem respeito a vida financeira de muitas pessoas, portanto, o processo deve ser sério e rigoroso, obedecendo todas as normas estabelecidas pelo banco central,

“(...) imagina se um banco ou uma cooperativa venha a falir, o caos que seria para o país, por isso tem regulamentação mais rígida de auditoria por envolver uma grande gama da população, se um banco ou uma cooperativa chegar a quebrar seria um caos nacional por envolver toda uma população.” (ENTREVISTADO, 2016).

“O sistema de auditoria da cooperativa em questão conta profissionais altamente qualificados para analisar todas as documentações” (ENTREVISTADO, 2016).

“(...) geralmente é solicitado uma amostragem de documentação onde se inicia o processo de auditoria, essa pratica possui uma alta relevância dentro da cooperativa, pois ela não permite que saia das normas do banco central, fazendo com que todos os colaboradores trabalhem em conformidade evitando possíveis entraves no processo” (ENTREVISTADO, 2016).

Ao descrever sua rotina, o entrevistado relatou como exerce a auditoria contábil como um todo, sendo independente, mas seguindo as normas do Banco Central e Sistema

Financeiro Nacional.

Sobre a construção dos processos de auditoria, o auditor contribuiu com informações que possibilitaram a construção da Figura 1, a qual demonstra os passos realizados pelo setor de auditoria deste o planejamento das atividades até a conclusão dos trabalhos.

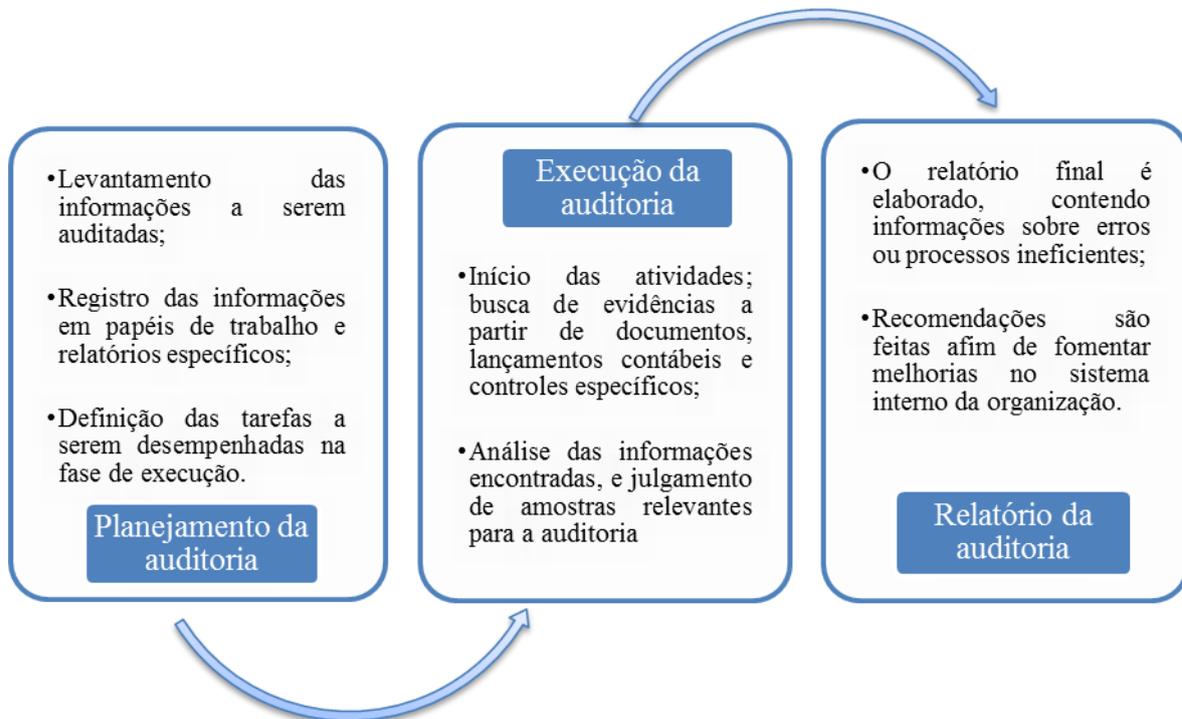


Figura 1 - Processos de auditoria interna em uma cooperativa de crédito.

Fonte: A pesquisa (2016).

Na visão do auditor, os desdobramentos originados pela adesão da cooperativa à auditoria interna, dizem respeito aos processos de correção constante de atividades indevidas ou equivocadas, isto é: “quando o profissional constata que está sendo realizado o trabalho de maneira errada, ele [o auditor] emite um alerta para que seja refeito o processo, dando tempo hábil para ser corrigido” (ENTREVISTADO, 2016).

Sobre o mercado de trabalho, o entrevistado revelou que é um ambiente restrito e demanda muito conhecimento e habilidade que só podem ser adquiridos por meio de estudos específicos aliados à prática. O entrevistado aponta que, com anos de experiência em diferentes setores, o profissional de auditoria adquire legitimidade, e que aqueles que enveredam pelo caminho da auditoria interna geralmente são funcionários que contam com anos de serviço em uma empresa, e que estão em constante aperfeiçoamento específico da área.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho permitiu verificar a relevância da auditoria interna dentro da cooperativa. Os objetivos desse trabalho foram os de compreender os processos de auditoria interna dentro de uma cooperativa de crédito da cidade de Paranavaí-PR. Para tanto, foi realizada uma entrevista com o profissional responsável da auditoria, onde foi relatado que em todos os departamentos são realizados os procedimentos de auditoria interna e externa, porém o setor de maior intensidade e controle é o de crédito, pois envolve um grande volume de clientes e devem ser controlados para que não haja disparidades em relação as normas estabelecidas pelo banco central,

Dentro da cooperativa há um setor dedicado à auditoria interna e ainda uma empresa terceirizada que desenvolve a auditoria externa até duas vezes ao ano. A cooperativa conta com setores distintos e o entrevistado trabalha como coordenador de alguns como análise de crédito, seguros, cobranças, contas a pagar, contabilidade, recuperação de crédito e liberação de contratos de credito agrícola.

Ao descrever o processo, o auditor demonstrou que analisa documentações que permanecem microfilmadas no sistema permitindo análise constante quando necessário. Contudo, quando o profissional não consegue visualizar os documentos inseridos no sistema, solicita os documentos físicos para garantir maior segurança. Na ocasião de surgirem erros ou documentações em desacordo com as normas preestabelecidas pela cooperativa, o auditor emite um alerta para que seja refeito o processo em tempo hábil.

Em suma, a pesquisa realizada proporcionou conhecimento do processo de auditoria interna de uma cooperativa, e como é grande a responsabilidade desse profissional que fiscaliza com muita atenção as informações do sistema gerencial. O mercado de trabalho é restrito e as oportunidades são destinadas geralmente a funcionários que trabalham há anos em diferentes setores de organizações financeiras e que prezam pelo constante aperfeiçoamento profissional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, 2010; FRANCO e MARRA, 2001, Disponível em:
<<http://www.portalcfc.org.br/noticia.php?new=8435>>. Acesso em: 27/08/2016.

ALVES, Lucimeire; TIOSSI, Fabiano Martin; MILAN, Willyan Wilson. Auditoria contábil interna: seu papel e relevância para as organizações. **Organizações e Sociedade**, v. 5, n. 3, p.

101-114, 2016.

FUSIGER, Paula; DA SILVA, Letícia Medeiros; CARRARO, Wendy Beatriz Witt Haddad. Auditoria Independente: principais infrações que acarretam em processo administrativo sancionador pela Comissão de Valores Mobiliários. **Com texto**, v. 15, n. 30, p. 76-93, 2015.

GOMES, Ana Paula. **Aplicação da auditoria interna como ferramenta de melhoria de controles internos em uma empresa do setor de serviços de vigilância e monitoramento de Curitiba-PR**. 2015.

MATTOS (2005), **Entrevista Semi-estruturada**. Disponível em:
< <http://www.webartigos.com/artigos/conceitos-em-pesquisa-cientifica/10409/>>. Acesso em 27/08/2016.

MINAYO (2007) **Pesquisa Qualitativa**. Disponível em:
< <http://www.webartigos.com/artigos/conceitos-em-pesquisa-cientifica/10409/>>. Acesso em 27/08/2016.

Portal de Auditoria- **Sobre Auditoria**. Disponível em:
<<http://www.portaldeauditoria.com.br/sobreauditoria.asp>>. Acesso em 23 de Maio de 2016.

Portal de Contabilidade – **Temáticas Auditoria**. Disponível em:
<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/auditoriainterna.htm>>. Acesso em 18 de Junho de 2016.

Sá (2002), Disponível em: < <http://www.contabeis.com.br/artigos/63/principios-da-auditoria-contabil-externa/>>. Acesso em: 27/08/2016.